


Mulheres na Política Brasileira: uma revisão da bibliografia da última década

Moisés Silva Campos ⁱ 

Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, Macapá, AP, Brasil

Tatiana Gemaque Rezende ⁱⁱ 

Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social do Estado do Amapá, Macapá, AP, Brasil

1

Resumo

Este artigo trata da participação da mulher na política brasileira. A partir da revisão bibliográfica do tipo Estado da Questão, buscou-se examinar a produção existente na última década sobre as estratégias, obstáculos e oportunidades à participação da mulher, para tanto, estabeleceu-se como objetivos específicos levantar junto às bases de conhecimento, *Scientific Electronic Library Online* – Scielo e Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Periódicos Capes, textos relacionados ao tema, descrevendo os pontos mais relevantes abordados, bem como os resultados alcançados, e quais os avanços e desafios das mulheres na conquista da política, a partir da literatura investigada. Os resultados sugerem uma sub-representação feminina na política, em que pese os avanços alcançados ao longo dos últimos séculos, a conquista do voto, o direito de ser votada e as políticas de discriminação positiva, como as cotas partidárias nas eleições.

Palavras-chave: Mulher. Política. Eleições. Sub-representação. Gênero.

Women in Brazilian Politics: a review of the literature of the last decade

Abstract

This article deals with the participation of women in Brazilian politics. Based on the State of the Question literature review, we sought to examine the existing production in the last decade on the strategies, obstacles and opportunities for women's participation. Electronic Library Online – Scielo and Periodical Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel – Capes Periodicals, texts related to the topic, describing the most relevant points covered, as well as the results achieved, and what are the advances and challenges of women in conquest policy, based on the researched literature. The results suggest an underrepresentation of women in politics, despite the advances achieved over the last centuries, the conquest of the vote, the right to be voted and positive discrimination policies, such as party quotas in elections.

Keywords: Women. Politics. Elections. Under-representation. Gender.

1 Introdução



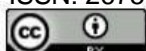
Este artigo examina a produção existente na última década sobre as estratégias, obstáculos e oportunidades à participação da mulher na política brasileira. No Brasil, as mulheres representam 51,8% do total da população brasileira (IBGE, 2019), mas notadamente o fato de serem a maioria não tem refletido na eleição delas para cargos eletivos no país. A baixa presença feminina na política tem sido objeto de pesquisas nos últimos 30 anos na ciência política.

Neste contexto, este artigo se propõe a investigar quais as abordagens e resultados das pesquisas sobre a participação da mulher na política brasileira? O objetivo geral é apresentar uma breve revisão de literatura sobre a participação da mulher na política brasileira na última década, para tanto, estabeleceu-se como objetivos específicos: 1) levantar junto às bases de conhecimento, textos relacionados à temática proposta, 2) descrever os pontos mais relevantes abordados em cada texto, bem como os resultados alcançados e por fim, 3) apresentar, de forma resumida, como se dá abordagem do estudo do tema e quais os avanços e desafios das mulheres na conquista da política, a partir da literatura investigada.

O argumento principal é que houve aumento da participação das mulheres no processo eleitoral nos últimos 10 anos, contudo, não se refletiu em resultados condizentes com a proporção da população feminina no Brasil.

O texto dialoga com a literatura que discorre sobre a participação da mulher na política. A “participação das mulheres na política, se inicia nos anos de 1893 na Nova Zelândia, primeiro país a autorizar o voto feminino, expande-se para os países europeus, entre 1900 e 1930, e aumenta constantemente até 1980, com a aprovação do voto feminino em quase todos os países” (RAMIREZ; SOYSAL; SHANAHAN, 1997 *apud* EDUARDO; SOUZA; ANGELI, 2019, p. 4). A conquista do direito ao voto foi o primeiro passo para a conquista da política pelas mulheres, visto que a partir deste momento, elas poderiam votar em outras mulheres para as representarem e lutarem pelas pautas femininas.

De acordo com o PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) 2019, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população





brasileira é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres¹. De acordo com o TSE, o eleitorado brasileiro é formado por 47,2% de homens e 52,7% de mulheres².

Em pesquisa junto ao portal da Câmara dos deputados federais, verifica-se que na 56ª legislatura que (2019/2023), entre os parlamentares eleitos, há 436 homens e 77 mulheres, o que resulta em 85% de participação masculina e 15% feminina³.

Diversos estudos sobre a questão de gênero têm contribuído para a compreensão dos desafios encontrados pelas mulheres para ocupar espaços na sociedade, para Souza et al. (2019, p.11), “fortalecer práticas educativas a partir da promoção humana parece ser uma saída pertinente no sentido de buscar oportunidades de igualdade entre pares de uma mesma localidade”.

O presente estudo pode contribuir com o entendimento dos elementos que facilitam e obstaculizam os objetivos pretendidos pelas políticas públicas de afirmação da mulher na política, entre eles a participação das mulheres nas esferas de poder do Estado de forma igualitária e sua maior inserção nos processos de elaboração de políticas públicas.

2 Metodologia

[...] todas as pesquisas são ideológicas, pelo menos no sentido de que implicam posicionamento implícito por trás de conceitos e números; a pesquisa prática faz isso explicitamente. Todas as pesquisas carecem de fundamento teórico e metodológico e só têm a ganhar se puderem, além da estringência categorial, apontar possibilidades de intervenção ou localização concreta” (DEMO, 2000, p. 22)

Dito isto, passaremos a fundamentar a proposta de pesquisa quanto à teoria de base e os métodos e técnicas adequados para atingir os objetivos propostos.

¹ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>

² Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-grau-de-instrucao>

³ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/composicaoacamara2019/index.html#text6>





Para Minayo (2001, p. 21), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

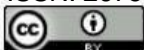
Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser, segundo Andrade (2002) e Santos (1999): exploratória, descritiva e explicativa. A primeira se aplica quando há pouco conhecimento sobre uma área, a segunda, quando visa descrever características de determinada população ou fenômeno. A última, segundo Gil (1999) busca identificar as causas que determinam os fenômenos.

Este estudo se enquadra como pesquisa descritiva, pois objetivará descrever as características de determinada população (produção científica), fenômeno (participação feminina na política) e o estabelecimento de relações entre variáveis (políticas de afirmação da mulher na política, resultados nas urnas e sistemas eleitoral e partidário).

Quanto aos procedimentos técnicos, ou seja, a maneira pela qual obtemos os dados necessários, a pesquisa ainda se caracteriza como estudo bibliográfica. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica utiliza principalmente livros e artigos científicos, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica se utiliza essencialmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto. A pesquisa bibliográfica terá como foco o estado da questão, que de acordo com Therrien e Therrien (2004, p. 34) consiste na “busca seletiva e crítica nas fontes de informação da produção científica restritas aos estudos e parâmetros próximos às especificidades do interesse do pesquisador”.

Com a finalidade de entender como o objeto vem sendo estudado, mapeamos as seguintes bases: *Scientific Electronic Library Online* – SciELO e Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Periódicos CAPES . A seguir, descreveremos os procedimentos de pesquisa em cada base de produção científica.

Na base SciELO, utilizamos os descritores: mulher *and* política *and* eleições, em todos os índices, resultando em 5 (cinco) artigos.



Na base Periódicos Capes, pesquisamos os descritores: mulher *and* política *and* eleições, em título, autor e assunto, resultando em 628 documentos encontrados. Ao acrescentar os termos: feminino *and* gênero *and* cotas, a pesquisa retornou 58 resultados. Com a finalidade de refinar ainda mais a busca, limitamos a artigos dos últimos 5 anos no tópico Brasil (filtros: data da publicação e tipo de material e refinamento por tópicos). Por fim, restaram 8 trabalhos.

3 Resultados e Discussão

Na base SciELO, a partir dos critérios já descritos na metodologia, obtivemos os seguintes resultados:

Quadro 1 – Artigos da SciELO

Nº	Artigos	Autores	Revista/Ano/Volume
1	Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais	Panke, Luciana; Iasulaitis, Sylvia.	Opinião Pública. Ago 2016, Volume 22 Nº 2 Páginas 385 - 417
2	Igualdade de gênero no exercício do poder	Sabino, Maria Jordana Costa; Lima, Patrícia Verônica Pinheiro Sales.	Revista Estudos Feministas. Dez 2015, Volume 23 Nº 3 Páginas 713 - 734
3	Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010	Schulz, Rosangela; Moritz, Maria Lúcia.	Sociologias. Ago 2015, Volume 17 Nº 39 Páginas 370 - 402
4	O gênero na política: a construção do "feminino" nas eleições presidenciais de 2010	Mota, Fernanda Ferreira; Biroli, Flávia.	Cadernos Pagu. Dez 2014, Nº 43 Páginas 197 - 231
5	Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso	Finamore, Claudia Maria; Carvalho, João Eduardo Coin de.	Revista Estudos Feministas. Set 2006, Volume 14 Nº 2 Páginas 347 - 362

Fonte: <https://www.scielo.org/>

Na base Periódicos Capes, obtivemos 8 (oito) artigos, a partir dos descritores e filtros, descritos na metodologia.

Quadro 2 – Artigos - Periódicos Capes

Nº	Artigos	Autores	Revista/Ano/Volume
1	Cotas e mulheres nas eleições legislativas de 2014	Peixoto, Vitor; Goulart, Nelson; Da Silva, Gabriel	Política & Sociedade, Jan-Apr 2016, Vol.15(32), pp.126-144
2	Políticas Públicas e Desigualdade de Gênero na Sociedade Brasileira: Considerações sobre os campos do trabalho, da Política e da Ciência	Do Nascimento, Janaína	Mediações, Jul-Dec 2016, Vol.21(1), pp.317-337
3	A reprodução simbólica das desigualdades entre mulheres e homens no Brasil	Schabbach, Leticia	Opinião Pública, May-Aug 2020, Vol.26(2), pp.323-350
4	Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil	Carniel, Fagner; Ruggi, Lennita ; Ruggi, Júlia	Opinião Pública, Sep-Dec 2018, Vol.24(3), pp.523-546
5	Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014)	Pinto, Celi; Silveira, Augusta	Opinião Pública, Jan-Apr 2018, Vol.24(1), pp.178-208
6	O enfrentamento ao fenômeno discriminatório em uma população de adultos	Badalotti, Tatiana	Physis, 2019, Vol.29(4), pp.1-23
7	<i>What Averts Black and Browns of Political Representation? A 2014 Legislative Election Analysis</i>	Campos, Luiz Augusto Machado, Carlos Campos, Luiz Augusto Machado, Carlos	Revista de Sociologia e Política, Mar 2017, Vol.25(61), p.125
8	O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados	Miguel, Luis; Biroli, Flávia ; Mariano, Rayani	Opinião Pública, Apr 2017, Vol.23(1), pp.230-260

Fonte: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>

Nosso estudo focará na disputa eleitoral, desta forma, em função da baixa relação com o tema do presente estudo do estado da questão, optamos em excluir das análises os seguintes textos: (1) Políticas Públicas e Desigualdade de Gênero na Sociedade Brasileira: Considerações sobre os campos do trabalho, da Política e da Ciência, (2) Igualdade de gênero no exercício do poder, (3) O enfrentamento ao fenômeno discriminatório em uma população de adultos, (4) *What Averts Black and Browns of Political Representation? A 2014 Legislative Election Analysis*, e (5) O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados.

Os textos 1 e 3 se relacionam à desigualdade de forma mais geral, o texto 2 está relacionado ao momento pós-eleição, o texto 4 à sub-representação racial e o texto 5, à pauta feminista no campo do parlamento, portanto, assim como o texto 2, a um momento



pós-eleição. Restaram, portanto, 8 textos a serem estudados. Passaremos a descrever os artigos encontrados no levantamento junto as bases mencionadas.

3.1 Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais.

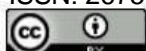
7

O artigo teve como objetivo “verificar se, e como as presidentes latino-americanas se posicionam enquanto gênero feminino em suas campanhas” (PANKE; IASULAITIS, 2016, p. 385) para tanto, procederam à “análise de conteúdo para mensurar a presença do tema ‘mulher’ nos spots, analisando, em seguida, o posicionamento adotado nos demais aspectos da campanha televisiva” (PANKE; IASULAITIS, 2016, p. 386).

As pesquisadoras analisaram “spots eleitorais na propaganda televisiva das campanhas presidenciais de Dilma Rousseff (Brasil), Michelle Bachelet (Chile) e Cristina Kirchner (Argentina)” (PANKE; IASULAITIS, 2016, p. 386). Foram analisados: “Brasil, 2010 – 62 spots, Argentina, 2011 – 32 spots e Chile, 2013 – 68 spots” (PANKE; IASULAITIS, 2016, p. 387).

O artigo debate como a mídia e o eleitor veem candidatos masculinos e femininos. Os estereótipos de gêneros, atribuem à mulher, características que as tornariam “mais interessadas e mais eficazes para lidar com questões sociais e de bem-estar, como assistência à criança, pobreza, educação, cuidados com a saúde, questões de gênero e meio ambiente”, já os homens “são considerados mais competentes para lidar com desenvolvimento econômico, política externa, segurança, questões militares e comerciais, impostos e agricultura” (PANKE; IASULAITIS, 2016, p. 391). As autoras partiram do “pressuposto de que os estereótipos políticos de gênero compõem uma dentre outras variáveis políticas e contextuais que influenciam nas estratégias comunicacionais e nos resultados eleitorais” (PANKE; IASULAITIS, 2016, p. 394).

Apesar do texto em estudo analisar as eleições nos três países, vamos nos ater a realidade do Brasil, em função da proposta do estudo da questão. As autoras apresentaram o material analisado, composto por: “62 vídeos transmitidos no primeiro e





no segundo turnos, sendo 30 que se referiam à campanha negativa contra o Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB ou à defesa de ataques recebidos por Dilma, 23 estavam relacionados a questões de gênero e 9 tratavam de resultados de pesquisas e continuidade do governo Lula” (PANKE; IASULAITIS, 2016, p. 401).

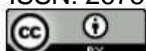
Parte dos spots analisados, trouxe em seu conteúdo, representações do papel da mulher, ligadas ao estereótipo, como o papel de mãe/esposa, cuidadora da família, idosos e doentes, papel coadjuvante no mercado de trabalho e na formação acadêmica. Dilma Rousseff é retratada com uma mulher de destaque num mundo dominado por homens.

3.2 Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010

O artigo cujo “foco específico consiste nas candidaturas das mulheres e dos homens que superaram a corrida eleitoral, tornando-se parlamentares”(SCHULZ, MORITZ, 2015, p. 372), faz uma análise comparativa entre candidatas e candidatos vitoriosos para o cargo de deputado estadual em 2010, no Rio Grande do Sul. O estudo parte da pergunta: “existem diferenças significativas entre as candidaturas femininas e masculinas que saem vitoriosas das urnas ?”

Para responder à questão: três variáveis foram consideradas importantes pelas pesquisadoras, para explicar o sucesso eleitoral: “ (a) recursos políticos, (b) recursos sociais e (c) recursos econômicos” (SCHULZ, MORITZ, 2015, p. 372). O trabalho destacou o recorte da “sub-representação política das mulheres e a possibilidade de superação através da adoção de cotas, e posteriormente, avançaremos em direção à análise das mulheres que superaram o obstáculo das urnas e conquistaram mandato eletivo” (SCHULZ, MORITZ, 2015, p. 374).

As pesquisadores reconhecem que a sub-representação feminina advém múltiplas causas e para a sua melhor compreensão, a abordagem institucionalista não é suficiente, sendo necessário incorporar outras variáveis, tais como: “recrutamento partidário, financiamento de campanha, rede de apoio, trajetória política e fatores de ordem sócio-





demográfica, pois a disputa eleitoral também é impactada por variáveis externas a este processo” (SCHULZ, MORITZ, 2015, p. 375), ou seja, fatores de ordem cultural e econômica.

Ao apresentar dados das eleições proporcionais em 2010 no Rio Grande do Sul, o artigo demonstra que apesar do aumento de candidaturas femininas em relação ao pleito de 2006, elas nem se quer, atingiram a cota de 30% de candidaturas, garantida pela legislação. Em 2010, das 55 cadeiras da Assembleia Legislativa Gaúcha, as mulheres alcançaram 8 vagas, 3 a mais que em 2006. Metade das eleitas, eram do Partido dos Trabalhadores - PT, as demais, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, Partido Democrático Trabalhista - PDT, Partido Progressista - PP e PSDB.

Ao avaliar as candidaturas vitoriosas, as autoras investigaram todos os 55 deputados e deputadas eleitos, e utilizaram como fonte de informação: “dados constantes na ficha de inscrição junto ao Tribunal Regional Eleitoral/RS; a prestação de contas apresentada ao TRE/RS e as informações constantes nos sites pessoais dos candidatos/as e no site da Assembleia Legislativa” (SCHULZ, MORITZ, 2015, p. 384). Concluíram que “as candidaturas vitoriosas não apresentam distinções significativas em função do gênero. Além disso, as candidatas vitoriosas à deputação estadual possuem capital político que aproxima sua carreira das carreiras masculinas e que a pouca renovação no âmbito do legislativo estadual é uma marca tanto para os eleitos como para as eleitas no grupo de 55 parlamentares analisados” (SCHULZ, MORITZ, 2015, pp. 400-401)

3.3 Cotas e mulheres nas eleições legislativas de 2014

O artigo buscou “explorar as consequências das inovações institucionais introduzidas na legislação eleitoral brasileira com as políticas de discriminação positivas, como as cotas para as mulheres nas listas partidárias” (PEIXOTO et al., 2016, p. 128). As seguintes questões foram propostas: “qual o impacto da negação ao registro de candidaturas femininas? Quais as características sociodemográficas das mulheres que se





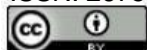
candidatam? Por quais partidos competem? Mantidas constantes as demais características, o fato de ser mulher altera a capacidade de atrair votos e serem eleitas ?” (PEIXOTO et al., 2016, pp. 134-135).

Os autores apresentam, a partir de dados da Justiça Eleitoral, um comparativo entre as candidaturas por gênero nas eleições gerais de 2006, 2010 e 2014 e demonstram que mesmo com a previsão legal de reservas de vagas para candidaturas femininas, não se reverteu em conquistas de mandatos nas eleições parlamentares em níveis federal e estaduais. O aumento das candidaturas femininas, inclusive, reduziu a taxa de sucesso nas urnas, visto que não houve variação expressiva do número de eleitas, fato que não se observou entre os homens. Na análise da distribuição de recursos financeiros para as candidaturas, os autores chegaram à conclusão, que o grupo de mulheres recebeu bem menos recursos que os homens.

Por fim, o texto apresentou um modelo econométrico que buscou “estimar o peso das condições individuais do(a)s candidato(a)s sobre as probabilidades de se eleger” (PEIXOTO et al., 2016, p. 140). Utilizou-se dois modelos *logit* binário. Os achados dessas análises foram: para o modelo 1 “ser mulher diminui em 69% as chances de se eleger para Deputada Federal e 67% as chances de se eleger para Deputada Estadual/Distrital” e para o modelo 2, “o desaparecimento do impacto da variável ‘sexo’ ao ser introduzida a variável gastos de campanha”, demonstrando a força dos recursos financeiros para o sucesso nas campanhas eleitorais (PEIXOTO et al., 2016, p. 141).

3.4 O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010

As autoras discutiram “as relações entre mídia, gênero e eleições por meio da análise da cobertura jornalística do Jornal Nacional da Rede Globo e do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral durante a campanha de 2010, com foco na cobertura e nas inserções das/os principais candidatas/os à Presidência da República, Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva” (MOTA, BIROLI, 2014, p. 197). O foco do estudo foi entender





“de que forma o gênero marca a imagem de candidatas e candidatos, no discurso jornalístico e no discurso da campanha” (MOTA, BIROLI, 2014, p. 197).

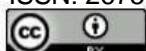
Assim como os artigos até aqui analisados, as autoras, começam por expor o cenário da sub-representação feminina nas instâncias do poder político e como isso, impacta na democracia-liberal, que não conseguiu até hoje, cumprir com a promessa de inclusão universal. Depois de expor os resultados das eleições de 2010, tanto para a Câmara Federal quanto para o Senado, demonstrando o baixo sucesso das campanhas femininas comparadas às masculinas, não obstante o cenário das eleições presidenciais, daquele ano, ser favorável às mulheres, pois tinha entre os três candidatos com chances reais, duas mulheres: Dilma Rousseff e Marina Silva.

Para alcançar o objetivo proposto, as pesquisadoras analisaram:

“78 edições do Jornal Nacional da Rede Globo e 95 edições do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral veiculado no horário noturno, entre 17 de agosto e 29 de outubro de 2010. Foram analisadas a cobertura (incluindo reportagens e entrevistas) e a propaganda das/os três principais candidatas/os: Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT); José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Marina Silva, então no Partido Verde (PV)” (MOTA, BIROLI, 2014, p. 211).

Ao analisar as entrevistas dos três candidatos para o JN da Rede Globo, evidencia-se que o estereótipo feminino é fortemente explorado, sobretudo pelas duas presidenciáveis. Marina Silva ancora-se no fato de ser mulher, da origem humilde e nos resultados alcançados para contrapor perguntas sobre sua baixa experiência na administração pública. Dilma Rousseff, por outro lado, tem sua feminilidade questionada, por ser considerada de temperamento “difícil”, portanto, interpretado como uma desviante. Rousseff apela para seu papel de mãe para justificar sua “dureza” no trato do dia-a-dia com seus subordinados. O papel de ambas na família é enfatizado, estratégia que não se repete com o candidato José Serra. O segundo turno ganhou novos contornos, pois o debate do aborto, impulsionado pelas lideranças religiosas, ganhou centralidade na disputa entre Rousseff e Serra.

O artigo conclui que a relação entre os campos da mídia e da política, contribui com a percepção da política como um campo restrito, reproduz as “concepções





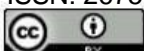
convencionais do 'feminino', que vinculam as mulheres à esfera privada e/ou dão sentido a sua atuação na esfera pública a partir do seu papel convencional na vida doméstica.". Nas eleições presidenciais de 2010, tanto o JN quanto o HGPE "mobilizaram compreensões convencionais sobre a mulher, ancoradas sobretudo na fusão entre mulher e maternidade". A importância do tema do aborto, sobretudo no segundo turno, demonstra o "modo como os estereótipos de gênero atravessam diferentes espaços e são mobilizados pelos atores políticos" (MOTA, BIROLI, 2014, p. 227).

3.5 A reprodução simbólica das desigualdades entre mulheres e homens no Brasil

O artigo "analisa as representações sociais de mulheres e homens como elementos simbólicos que perpetuam a desigualdades de gênero", a partir da base empírica dos microdados constantes na Pesquisa Nacional Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado (SHABBACH, 2020, p. 323).

O artigo teve como objetivo "conhecer a difusão geral das representações e comparar as opiniões femininas e masculinas, em suas semelhanças e diferenças" (SHABBACH, 2020, p. 323). Para tanto a autora analisou o survey nacional aplicado pela Fundação Perseu Abramo e pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) em agosto de 2010, que abordou no levantamento os seguintes assuntos: "a) percepção de ser mulher, machismo e feminismo; b) divisão sexual do trabalho e tempo livre; c) corpo, mídia e sexualidade; d) saúde reprodutiva e aborto; e) violência doméstica; f) democracia, mulher e política" (SHABBACH, 2020, p. 323).

A discussão sobre o conceito de gênero é apresentada ao longo do artigo, perfazendo um histórico do surgimento desse termo considerando as contribuições de uma das principais historiadoras norte-americana Joan Wallach Scott, que defende "uma perspectiva relacional e enfatiza que os sujeitos são constituídos não de forma isolada, mas recíproca. Além disso, o seu conceito baseia-se em Foucault, visto como descentrado e variável" (SHABBACH, 2020, p. 328).



A autora optou em examinar o espaço público e privado de forma separada “reconhecendo-se a sua diferenciação, pois em cada um deles as desigualdades entre mulheres e homens são reproduzidas dentro de dinâmicas e processos peculiares” (SHABBACH, 2020, p. 330). Os resultados foram apresentados conforme as categorias de respostas, organizados em 5 gráficos, de acordo com a abrangência do assunto (espaço público ou privado).

Diante do exposto cabe destacar as seguintes conclusões apresentadas no artigo, no que concerne ao espaço público:

“a constituição de gênero é relacional, ou seja, mulheres e homens constroem-se de forma recíproca, assim também as suas representações coletivas ou sociais; ausência de distinções expressivas entre as opiniões de mulheres e homens sobre as questões concernentes ao espaço público e a participação da mulher na política institucional.” (SHABBACH, 2020, p. 343).

Em relação ao espaço privado, as conclusões do artigo destacam:

“a alta proporção de pessoas que concordam com o uso de agressões físicas, ainda que eventualmente, para a educação de crianças; mais da metade dos entrevistados concorda com a assertiva de que, na presença de filhos pequenos, a mulher deve permanecer em casa enquanto o homem trabalha fora; os entrevistados entendem que as mulheres é que devem decidir sobre como realizar o trabalho doméstico e que consideram que o sustento da família deve ser responsabilidade masculina. Diferentemente das respostas do primeiro grupo (espaço público), nesse conjunto houve maior discrepância entre as opiniões femininas e masculinas” (SHABBACH, 2020, pp. 343-344).

3.6 Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil

O artigo buscou analisar “um conjunto de 69 *memes* contrários a Dilma Rousseff que viralizaram na web brasileira entre junho de 2014 e agosto de 2016 e investiga os conteúdos mobilizados durante a campanha pública em favor do golpe parlamentar ocorrido no Brasil em 2016” (CARNIEL, RUGGI, RUGGI, 2018, p. 523)

As seguintes indagações foram propostas: “O que haveria de particular nas piadas e chacotas dirigidas à então presidenta? Que tipos de preconceitos ou significados os memes estariam disseminando?” (CARNIEL, RUGGI, RUGGI, 2018, p. 524). Os



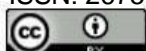
autores inicialmente, deixam claro, que entendem “que o impeachment de 2016 se tratou de um golpe parlamentar orquestrado com forte dimensões de gênero, pois os esforços de oposição ao governo combinaram preconceitos e estereótipos sexistas para deslegitimar a imagem de Dilma” (CARNIEL, RUGGI, RUGGI, 2018, p. 524).

O artigo teve como objetivo “construir um repertório denso e significativo, focado na multiplicidade de expressões do sexismo que pairam sobre a política brasileira, para assim (re)colocá-la em discussão” (CARNIEL, RUGGI, RUGGI, 2018, p. 524). Para tanto, foi delimitado como marcos temporais do estudo dois momentos históricos importantes: “a realização no país da Copa do Mundo de Futebol Masculino da Fifa (junho e julho de 2014) e a votação final do impeachment no Senado (agosto de 2016)” (CARNIEL, RUGGI, RUGGI, 2018, p. 524).

A partir da análise dos *memes* os autores buscaram “interpretar as dinâmicas contemporâneas da política brasileira e o lugar conferido à figura da mulher e do feminino” (CARNIEL, RUGGI, RUGGI, 2018, p. 525). Para os autores, a propagação de conteúdos contrários e depreciativos sobre a presidenta Dilma não ocorreu somente com a circulação de *memes* nos meios digitais, mas foi articulada à campanha construída contra a ex-presidenta e seu partido pela mídia de massa hegemônicas. O que mais chama atenção é como essas “produções digitais circula e seguem circulando na Web brasileira, disseminando humor político e estereótipos de gênero”. (CARNIEL, RUGGI, RUGGI, 2018, p. 525).

Os parâmetros de julgamento diferentes para políticos e políticas fica evidenciado no decorrer do artigo, sendo a dimensão corporal relevante na representação feminina, os *memes* que circulavam a época do “golpe de 2016, o corpo, a aparência e o comportamento de Dilma são julgados de acordo com parâmetros generificados e com base em padrões de beleza excludentes” (CARNIEL, RUGGI, RUGGI, 2018, p. 534)

Dentre as conclusões apresentadas no artigo cabe destacar: a existência de uma “dimensão generificada do humor político que mobilizou estereótipos sexistas e misóginos que não apenas atingiram Dilma Rousseff, mas reforçam o próprio lugar simbólico das mulheres na política nacional” (CARNIEL, RUGGI, RUGGI, 2018, p. 523); os *memes*





analisados revelam que a comicidade se constrói sobre as desigualdades de gênero e, ao não problematizá-los reforçamos sua existência; a propagação dos *memes* que ridicularizam Dilma despertam insensibilidade diante da violência estrutural de gênero no país; os *memes* configuram-se como “produtos digitais que propiciam performances, marcam posições ideológicas e ensejam narrativas coletivas que concorrem para desencadear os processos de representação política no Brasil.” (CARNIEL, RUGGI, RUGGI, 2018, p. 542).

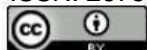
Por fim, Carniel, Ruggi, Ruggi (2018) defendem que há necessidade de construir narrativas que podem ajudar a compreender produtos culturais, a partir da identificação, tipificação e nomeação de conteúdos misóginos do humor e a compreensão “no interior dos processos de apropriação e de recriação que eles suscitam em seu conjunto” (CARNIEL, RUGGI, RUGGI, 2018, p. 542).

3.7 Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014)

As autoras buscaram estudar a trajetória de “um conjunto de deputadas de carreiras políticas longevas, no período de 64 anos (1951-2015), eleitas três ou mais vezes para os legislativos estaduais e federal, e pelo menos uma vez para o federal.” (PINTO, SILVEIRA, 2018, p. 179).

O foco foi compreender o fato delas serem exceções e quais são os limites para existência de uma carreira parlamentar exitosa. Neste sentido, partem da “constatação que nesse universo masculino, um pequeno grupo de mulheres alcança o sucesso eleitoral, o que lhes permite fazer uma carreira política longeva” (PINTO, SILVEIRA, 2018, p. 181).

Cabe destaque entre os principais resultados apresentados: a baixa presença das mulheres na política no Brasil; as mulheres que tiveram sucesso no mundo da política tem educação acima da média brasileira; as mulheres que empreenderam carreiras duradouras já eram notáveis na vida pública antes de se elegerem deputadas e seguiram trajetórias tradicionais; a influência da militância no movimento estudantil e sindical como





fatores que impulsionaram o início de carreiras políticas; no universo das 62 mulheres que tiveram êxito na vida política, apenas duas tinham envolvimento direto como movimento feminista, o que pode indicar preconceito no interior dos partidos políticos.

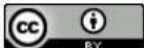
Por fim, o artigo conclui que as mulheres que tiveram candidaturas longevas conseguiram romper o espaço privado e foram lideranças em um espaço público, compreendido como universo masculino. “Elas venceram porque lutaram na arena masculina com as armas e os valores de liderança desse espaço. Não há, entre essas mulheres, um único exemplo de militância que tenha rompido com essa escrita.” (PINTO, SILVEIRA, 2018, p. 198 e 199).

3.8 Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso

O artigo buscou discutir “o peso da mídia na influência sobre a escolha dos eleitores e a posição destes como intérpretes dessas mensagens midiáticas”. (FINAMORE, CARVALHO, 2006, p. 347), para tanto, a partir de uma vasta pesquisa bibliográfica, os autores analisaram a interferência da mídia no pensamento coletivo, trazendo a televisão como principal meio formador de opiniões em massa, assim como, a influência do setor privado nas candidaturas femininas e como a mulher é vista na sociedade historicamente e atualmente.

Importa analisar a mídia não apenas pela construção de um discurso, mas pela sua força de reconhecimento como chave para a conquista do capital político. “A discussão das relações entre mídia e prática política no Brasil tem recebido nos últimos anos importantes contribuições” (FINAMORE, CARVALHO, 2006, p. 347), neste sentido, os discursos propagados na mídia televisiva ganham especial destaque.

As autoras chamam atenção para o fato de as mulheres terem acesso à uma educação diferenciada, que reforça que a vida pública é um espaço destinado aos homens e a vida privada destinada à mulher. Como se houvesse uma espécie de determinação na sociedade, em relação aos lugares que devem ser ocupados por homens e mulheres no espaço público, “exigindo delas um esforço maior para serem aceitas como ocupantes





efetivas de cargos de lideranças”. (FINAMORE, CARVALHO, 2006, p. 353). Da mesma forma como parece haver uma determinação da sociedade do espaço a ser ocupado por homens e mulheres, há construção de estereótipos, diretamente associados às mulheres, enquanto os homens estão livres dessas modelos preconcebidos.

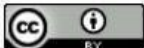
As autoras finalizam suas contribuições concluindo que “a mídia tem um papel fundamenta na disseminação das representações da realidade socioeconômica e da imagem das mulheres, e dos políticos, influenciando a formação da opinião pública em diferentes circunstâncias, inclusive durante o processo eleitoral” (FINAMORE, CARVALHO, 2006, p. 359) e chamam atenção para necessidade de atentarmos para o processo de construção desses discursos cotidianamente, e o uso que se faz da imagem da mulher na propaganda, de tal maneira, que não sejam normatizadas imagens que tendem a determinar os espaços a serem ocupados pelas mulheres. Por fim, afirmam que a discussão e a crítica constante são necessárias, para garantir a mudança de discursos hegemônicos sobre as mulheres e a presença de um discurso efetivamente feminino no âmbito político.

17

4 Considerações finais

Buscou-se examinar a produção existente na última década sobre as estratégias, obstáculos e oportunidades à participação da mulher na política brasileira, com foco na disputada eleitoral, com a finalidade de responder à questão motivadora: quais as abordagens e resultados das pesquisas sobre a participação da mulher na política brasileira?

A pesquisa foi do tipo revisão bibliográfico do Estado da Questão, e utilizou como técnica de coleta de dados, pesquisa junto a duas bases de artigos e periódicos, *Scientific Electronic Library Online* – SciELO e Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Periódicos CAPES, utilizando como descritores: mulher *and* política *and* eleições *and* feminino *and* gênero *and* cotas. Depois





de uma busca que resultou em 13 produtos, selecionamos 8 que estavam diretamente relacionados a nossa proposta de estudo.

A análise dos textos, permitiu entender como o tema "mulheres na política", com foco no processo eleitoral, é debatido na literatura brasileira.

Em suma, todas as pesquisas, abordam a questão sob e perspectiva da sub-representação feminina na política, não obstante, a conquista do voto e do direito de serem votadas, e as políticas de discriminação positiva, como as cotas partidárias nas eleições. Foram tratados temas relacionados às estratégias das campanhas femininas nas arenas eleitorais, e verificou-se que o estereótipo feminino, tem forte influência na definição destas estratégias, sobretudo nas propagandas e entrevistas. O uso de argumentos ligadas ao perfil feminino, como útil para a representação política é causado pela estrutura social, que precede o momento da política, começando no ambiente familiar, no qual o papel da mulher ainda é bem definido, em bases tradicionais de divisão das tarefas. Uma mulher, só pode ser boa gestora ou parlamentar, se for boa mãe, boa esposa, cuidadora, o que demonstra que a esfera privada para a mulher, tem maior peso, nesse momento, que para o homem.

As pesquisas corroboram que a mulher tem acesso a menos recursos financeiros, tem capital política menor, e muitas vezes dependente dos homens, como pais e maridos. Grande parte delas é ou foi militante de movimentos sociais, tem em média nível de instrução superior à dos homens, mas tudo isso, ainda não é suficiente para elevá-la ao papel que lhes cabe, conforme vaticinado pela democracia liberal, que previu a pluralidade na política, como algo "natural".

Referências

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **A representação feminina e os avanços na legislação**, Brasília, 15 out. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/546180-a-representacao-feminina-e-os-avancos-na-legislacao/>. Acesso em: 10 jul. 2021.





ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

CARNIEL, F.; RUGGI, L.; RUGGI, J. de O.. Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 24, n. 3, set.-dez. 2018. e-ISSN 1807-0191, pp. 523-436. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018243523>

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

EDUARDO, M. C., SOUZA, J. I., ANGELI, A. E. Cotas eleitorais para mulheres: análise bibliográfica da pesquisa científica nas Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo, n 90, set. 2019, pp. 1-22.

FINAMORE, C. M.; CARVALHO, J. E. C. de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2):248, maio./ago. 2006. pp. 347-362.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

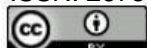
GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019**, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 8. maio. 2021

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTA, F. F.; BIROLI, F. O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010. In: Dossiê o gênero da política: Feminismos, Estado e Eleições. **Cadernos pagu** (43), jul./dez. 2014. pp. 197-231. ISSN 0104-8333. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430197>

PANKE, L.; IASULAITIS, S. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 22, n. 2, ago. 2016. e-ISSN 1807-0191, p. 385-417. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016222385>





PEIXOTO, V. de M.; GOULART, N. L. M.; SILVA, G. T. da. Cotas e mulheres nas eleições legislativas de 2014. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 – n. 32 - Jan./Abr. de 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n32p126>

PINTO, C. R. J.; SILVEIRA, A. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Opinião Pública**, Campinas, vol. 24, n. 1, jan.-abr. 2018. e-ISSN 1807-0191, p. 178-208. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018241178>

20

RAMIREZ, F. O.; SOYSAL, Y.; SHANAHAN, S. The Changing Logic of Political Citizenship: Cross-National Acquisition of Women's Suffrage Rights, 1890 to 1990. **American Sociological Review**, v. 62, n. 5, p. 735-745, 1997. DOI: <http://doi.org/10.2307/2657357>

SABINO, M. J. C.; LIMA, P. V. P. S. Igualdade de gênero no exercício do poder. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(3): 406, set./dez. 2015. p. 713-734. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p713>

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

SCHABBACH, L. M. A reprodução simbólica das desigualdades entre mulheres e homens no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 26, n. 2, maio-ago. 2020. e-ISSN 1807-0191, p. 323-350. DOI: <http://doi.org/10.1590/1807-01912020262323>

SCHULZ, R.; MORITZ, M. L. Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, n. 39, maio/ago. 2015, p. 370-402. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017003921>

SOUZA, A. N. P. de; ASTIGARRAGA, A. A.; FRISON, L. M. B. Itinerários de vida de Ofélia: professora gestora que defendeu a escola pública na ditadura militar. Rev. Pemo, Fortaleza, v. 1, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3648>

TERRIEN, J.; NÓBREGA-TERRIEN, S. Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em avaliação educacional**, v.15, n.30, jul.-dez. 2004.

YOUNG, I. M. **Justice and the politics of difference**. Princeton, Princeton University Press, 1990.





ⁱ **Moisés Silva Campos**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6299-2357>

Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP)

Mestrando em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. Professor convidado do curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Pública da Universidade Estadual do Amapá.

Contribuição de autoria: Criou a ideia que originou o trabalho, estruturou e coordenou o método de trabalho, escreveu o manuscrito.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5077169515171227>.

E-mail: apmoises@yahoo.com.br

ⁱⁱ **Tatiana Gemaque Rezende**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9058-0624>

Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social (SIMS).

Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Socióloga, Analista de Planejamento e Orçamento no Governo do Estado do Amapá, Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social (SIMS). Especialista em Gestão do Sistema Único de Assistência Social – UNAMA.

Contribuição de autoria: fez a introdução, resumo e análise de parte dos resultados da revisão bibliográfica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2275285200875702>.

E-mail: tatiana.rezende@aluno.uece.br

Editora responsável: Cristine Brandenburg

Especialista *ad hoc*: Flávio Muniz Chaves

Como citar este artigo (ABNT):

CAMPOS, Moisés Silva; REZENDE, Tatiana Gemaque; Mulheres na Política Brasileira: uma revisão da bibliografia da última década. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 3, n. 1, e316332, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i1.6332>

Recebido em 15 de março de 2021.

Aceito em 29 de abril de 2021.

Publicado em 30 de abril de 2021.

